

Arrendamento de estaleiro japonês vira alternativa



Sem consentimento da Engevix, uma das empreiteiras investigadas no âmbito da Operação Lava-Jato, o governo explora a possibilidade de um acordo com grupos japoneses para o arrendamento do Estaleiro Rio Grande (RS). A ideia cogitada pelo Palácio do Planalto, onde executivos da Mitsubishi Heavy Industries estiveram em março com a presidente Dilma Rousseff, é transferir a operação do estaleiro aos japoneses sem que haja nenhuma mudança em sua composição societária. Com um eventual arrendamento das instalações, espera-se a remoção completa de obstáculos a financiamentos concedidos - e ainda travados - para o ERG. “Essa é uma das alternativas em análise atualmente”, comentou uma autoridade graduada. A Mitsubishi lidera um grupo de cinco empresas nipônicas que detêm, juntas, 30% da Ecovix - dona do estaleiro. Os outros 70% pertencem à Engevix. Segundo a fonte, um aumento da participação acionária dos japoneses é descartado porque exporia ainda mais essas empresas aos riscos embutidos na Lava-Jato. Enquanto isso, o arrendamento é visto como uma opção capaz de remover entraves financeiros. Um dos impasses envolve a liberação, por meio da Caixa Econômica Federal, de um empréstimo com recursos do Fundo de Marinha Mercante. O Valor apurou que a cúpula da Engevix não foi consultada sobre essa alternativa. Apesar das dificuldades recentes, a estratégia do governo para o desenvolvimento da indústria naval segue intacta, conforme deixou claro ontem o ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, em audiência pública na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. Ele admitiu que pode haver um processo de consolidação dos estaleiros, caso o volume de encomendas de sondas e plataformas diminua, mas defendeu a postura de estímulos do governo ao setor. “A discussão é se vale a pena viabilizar uma indústria naval no país. E vale.” No curto prazo, porém, Mercadante reconheceu efeitos negativos da crise na Petrobras. O ministro fez uma estimativa de que a Lava-Jato pode ter impacto negativo de 1,0 a 3,5 pontos percentuais no PIB de 2015, mas ressaltou que os cálculos não são oficiais. Ele citou relatórios de três consultorias privadas - Tendências, LCA e GO Associados - para justificar a projeção. Na semana passada, em reunião com 12 ministros e o vice-presidente Michel Temer, Dilma já havia falado em uma perda de 1 ponto no PIB por causa dos efeitos da Lava-Jato. “É evidente que tem um impacto econômico. Quem diz isso são consultorias dos mais diferentes matizes ideológicos. Mas, a médio prazo, temos ganho de eficiência e de governança”, disse Mercadante, apontando a meta do governo de recuperar R\$ 6,2 bilhões em desvios da Petrobras. Para o ministro, a estratégia de desenvolvimento da indústria naval “não é uma jabuticaba” e passa por uma “curva de aprendizado”, que já foi vivida pela Embraer. Em vez de comprar aeronaves que sobravam no mercado internacional, o governo enxergou na empresa uma chance de desenvolver aviões como o Brasília e o Bandeirante, que tornaram possível a produção de jatos modernos depois de algumas décadas. “Apesar das dificuldades, acredito que a nossa estratégia pode ser bem sucedida”, afirmou. De acordo com o chefe da Casa Civil, o país tem três fatores essenciais para a competitividade da indústria naval: custo e produtividade de mão de obra, disponibilidade e bom preço de aço e mecanismos de indução estatal (compras governamentais). Lembrou que o Brasil é origem de um terço das encomendas mundiais de plataformas offshore. E apontou novas oportunidades: os trabalhos de exploração no

campo de Libra e em demais áreas do pré-sal, além da 13ª rodada de blocos de petróleo e gás (no pós-sal), que está marcada para outubro, são apenas exemplos de novos negócios. De acordo com o chefe da Casa Civil, o país tem três fatores essenciais para a competitividade da indústria naval: custo e produtividade de mão de obra, disponibilidade e bom preço de aço e mecanismos de indução estatal (compras governamentais). Lembrou que o Brasil é origem de um terço das encomendas mundiais de plataformas offshore. E apontou novas oportunidades: os trabalhos de exploração no campo de Libra e em demais áreas do pré-sal, além da 13ª rodada de blocos de petróleo e gás (no pós-sal), que está marcada para outubro, são apenas exemplos de novos negócios. Mercadante observou que não espera a recuperação dos preços do petróleo no curto prazo e avaliou que a volta do Irã ao mercado internacional reforça a “pressão baixista” nas cotações. No entanto, ressaltou que a redução do volume de investimentos não é exclusividade da Petrobras e tem ocorrido com outras petroleiras. Fonte: Valor Econômico/Daniel Rittner | De Brasília